STJ00084017

Sumário

Apresentação à 1.ª edição 7

1. Introdução 13

2. Poder de Controle da Constitucionalidade, Decisão Judicial e Coisa Julgada Material 17

2.1 O dever-poder judicial de controle difuso da constitucionalidade e a legitimidade da sentença fundada em lei posteriormente declarada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal 17

2.2 A impossibilidade de a decisão de inconstitucionalidade atingir a coisa julgada à luz do significado da decisão jurisdicional no Estado Constitucional 24

2.3 O reflexo da distinção entre os sistemas difuso e concentrado sobre a questão da retroatividade da decisão de inconstitucionalidade sobre a coisa julgada 42

3. A Decisão de (In)Constitucionalidade diante do Instituto da Coisa Julgada 55

3.1 A coisa julgada como regra para a existência do discurso jurídico 56

3.2 A coisa julgada como elemento indispensável à afirmação do poder estatal 58

3.3 A coisa julgada como corolário do direito fundamental de ação (à tutela jurisdicional efetiva) 62

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

3.4 A coisa julgada como corolário do princípio da segurança jurídica 63
3.5 A proteção à coisa julgada no ordenamento brasileiro 68
3.6 Coisa julgada e questão constitucional incidente ... 71
3.6.1 Parte dispositiva e fundamentos da sentença. 71
3.6.2 A questão de constitucionalidade e a eficácia preclusiva da coisa julgada 74
3.7 Significado da decisão de inconstitucionalidade do Supremo Tribunal Federal diante das decisões dos juízes e dos tribunais protegidas pela eficácia preclusiva da coisa julgada 77
3.8 A segurança jurídica como fundamento da irretroatividade da decisão de inconstitucionalidade sobre a coisa julgada 84
3.9 A irretroatividade da decisão de constitucionalidade sobre a sentença que deixou de aplicar a lei por reputá-la inconstitucional 87

4. A Decisão de (In)Constitucionalidade como Fundamento da Ação Rescisória 93
4.1 A rescisória fundada em "violação literal de lei" (art. 485, V, CPC) 93
4.2 O Supremo Tribunal Federal e o Superior Tribunal de Justiça diante da ideia de interpretação controvertida nos tribunais. Crítica 96
4.3 O verdadeiro fundamento da rescisória: decisão que viola norma constitucional ou retroatividade do *ius superveniens* sobre a decisão transitada em julgado? 116
4.4 Hipóteses em que se admite ação rescisória baseada em violação de norma constitucional 117

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

5. A Declaração de Inconstitucionalidade como Obstáculo à Execução da Sentença Transitada em Julgado 119
5.1 Os arts. 475-L, § 1.°, e 741, parágrafo único, do Código de Processo Civil 119
5.2 A lógica e a legitimidade da oposição à execução (embargos do executado e impugnação) em face da coisa julgada 121
5.3 A decisão de inconstitucionalidade, como motivo capaz de obstaculizar a execução, diante da coisa julgada material 123
5.4 A ilegitimidade da decisão de inconstitucionalidade, como fundamento de oposição à execução, no sistema brasileiro 128
5.5 O sentido das normas dos arts. 475-L, § 1.°, e 741, parágrafo único, no sistema de oposição à execução 132
5.6 A declaração de inconstitucionalidade como fundamento de oposição à execução provisória 133

6. Coisa Julgada e Relações Continuativas 137
6.1 Fundamentos, eficácia preclusiva da coisa julgada e alteração das circunstâncias 137
6.2 Alteração das circunstâncias. Fato e direito novos . 142
6.3 Relação continuativa, alteração e manutenção das circunstâncias 144
6.4 A confusão no âmbito do direito tributário 146
6.5 Declaração de inconstitucionalidade como *ius superveniens* 153
6.6 Declaração de constitucionalidade como circunstância nova 154
6.7 Eficácia da decisão de (in)constitucionalidade, coisa julgada e relação continuativa 158

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

7. A Coisa Julgada e a Modulação dos Efeitos da Decisão de Inconstitucionalidade pelo Supremo Tribunal Federal... 161

8. Proporcionalidade e Coisa Julgada 177

8.1 Nova técnica probatória, distorção da prova pericial e alteração da realidade 177

8.2 Investigação de paternidade e exame de DNA..... 179

8.3 Justa indenização e distorção da prova pericial..... 180

8.4 A regra da proporcionalidade..... 181

8.5 A ação rescisória como única resposta adequada aos casos do DNA e da distorção da prova pericial..... 191

8.6 O jurisdicionado diante da desconstituição da coisa julgada. Ponto de contato entre a tutela contra o ato jurisdicional inidôneo e a tutela da segurança. O prazo constitucional 204

Bibliografia 207

Obras do Autor 219

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br